



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

de Paula, Reynaldo Josué
A INSERÇÃO DA RACIONALIDADE ÉTICO-COMUNICATIVA NA PRÁXIS
EMPRESARIAL: POSSIBILIDADES E LIMITES
Organizações & Sociedade, vol. 12, núm. 35, outubro-diciembre, 2005, pp. 29-45
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638280002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A INSERÇÃO DA RACIONALIDADE ÉTICO-COMUNICATIVA NA *PRÁXIS* EMPRESARIAL: POSSIBILIDADES E LIMITES

Reynaldo Josué de Paula *

RESUMO

Este artigo discute a inserção da racionalidade ético-comunicativa na prática empresarial como meio de mostrar, por um lado, sua existência no mundo vivido, por outro, seus limites e possibilidades no mundo empresarial sistêmico. A prática ético-comunicativa pressupõe a existência ou a criação de um espaço público, isento de qualquer tipo de coação interna ou externa, no qual os indivíduos em interação podem livremente externar opiniões, sentimentos e descontentamentos, assim como questionar, inquirir, concordar, discordar, enfim argumentar, estabelecendo um verdadeiro diálogo. Esse fato assume relevância pois pode contribuir para a democratização das relações sociais dentro e fora das organizações, sendo, portanto, uma necessidade de caráter funcional, social e humana

ABSTRACT

This work discuss the insertion of communicative ethics rationality in the business praxis as a mean to show its existence in the lifeworld, and also its limits and possibilities in the business world system. This communicative ethics praxis assume as necessary the previous existence and/or the creation of a public space free of any type of internal or external coercion, where individuals in interaction may freely express their opinions, sentiments and dissatisfactions, as well as their right to question, to inquire, to agree or disagree, at last to argument so as to establish a true dialogue. This fact assumes relevance once it may contribute to democratization of internal and external social relations.

* Prof. EAUFBA

INTRODUÇÃO

No segundo semestre do ano de 2000, a Coordenação do Colegiado da Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) promoveu um encontro com alguns membros da comunidade empresarial, com o objetivo de obter subsídios para a renovação da grade curricular de seus cursos. Uma das demandas de destaque, por parte dos empresários, foi a de que a escola contribuísse para a formação de 'gestores éticos, isto é, daqueles atores que possuem uma conduta compatível com os valores ético-morais legitimados pela comunidade geral.

Perceberam-se, nos debates constantes, as polêmicas e as dúvidas que a questão ética¹ suscita, evidenciando que esse tema carece de maior reflexão e aprofundamento teórico. Os empresários têm demonstrado receptividade em relação ao assunto, sinalizando interesse pelo seu conteúdo teórico e pela criação de mecanismos que possibilitem inseri-lo no aperfeiçoamento da *práxis*² empresarial.

Outrossim, é possível tecer reflexões sobre essa demanda. Para tanto, tomou-se como foco um dos fenômenos de maior relevância na atualidade, a globalização da economia. De acordo com Muçouçah (1995), a globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em escala mundial. Esse fenômeno, porém, circunscreve-se também em mudanças na esfera social, como a criação e a expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e éticos. Portanto, a globalização se reporta à crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas que ocorrem no mundo.

Por sua vez, Castells (2000, p. 111) aponta a economia global como "uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária". O autor complementa seu pensamento observando que a economia só assumiu a configuração global no final do século XX, que estava ancorado nas tecnologias da informação e da comunicação. A essa nova economia, o autor denominou-a de informacional e global. Informacional, em virtude da tecnologia da informação tornar-se o produto do processo produtivo, e global, decorrente da rede de conexões entre os agentes econômicos. Para Castells, esse é o novo paradigma, o da tecnologia da informação, no qual a principal fonte de produtividade é a geração de conhecimento, o processamento das informações e a comunicação de símbolos.

Uma das manifestações desse processo é a disseminação da tecnologia da informação, a qual trouxe à tona uma nova fonte de riqueza, o conhecimento. Tal realidade tem exigido que as empresas moldem sua *práxis* gerencial à nova economia intensiva em conhecimento.

Na lógica dessa nova economia, as discontinuidades tecnológicas são bastante frequentes, alterando constantemente a base de conhecimento do processo produtivo que, por sua vez, exige capacidades intelectuais até então não requeridas. Nesse ínterim, percebe-se que as relações produtivas não estão mais calcadas na destreza física dos indivíduos para operar mecanicamente máquinas e equipamentos, mas, sim, na sua polivalência cognitiva, a qual compreende a capacidade de pensar, de abstrair, e a intuição criativa, para que o indivíduo possa responder às demandas da nova economia.

Na tentativa de adequar-se ao novo cenário, os agentes econômicos têm buscado instrumentos norteadores, tais como a qualidade total, a reengenharia,

¹ No sentido de reflexão sobre os padrões morais que norteiam o cotidiano organizacional. A ética será discutida posteriormente neste trabalho.

² *Práxis*, aqui, é entendida como as ações praticadas pelo agente econômico em todos os níveis hierárquicos da organização.

a holística, a quântica, entre outras. Em sua grande maioria, os enfoques pressupõem a busca de excelência empresarial, o estabelecimento de valores que têm como base princípios de igualdade, fraternidade, justiça social e uma nova visão do homem. Ou seja, enumeram o resgate de dimensões humanas, psicológicas e até mesmo simbólicas.

Os programas, contudo, por pautarem-se na lógica de mercado e, na sua maioria, não atentarem para os aspectos políticos e ideológicos deste, não conseguem adentrar nas causas que levaram à subjetivação do indivíduo no trabalho, dificultando o emergir do homem autônomo e criativo. Tais programas, nas suas dinâmicas, apenas tangenciam as questões que se propõem a realizar e, dessa forma, acabam priorizando a dimensão do mercado, em detrimento das societárias. Segundo Dupas (2000), isso é a supremacia do econômico sobre o ético. Esse fato tem provocado iniquidades sociais, compelindo muitos dos segmentos da sociedade a reivindicarem, de maneira reiterada, aos agentes econômicos, não somente a produção de bens e serviços, mas também o exercício de uma responsabilidade social, pela releitura e efetivação de uma ética dos negócios, a qual contemple as dimensões socioeconômicas e humanas.

Em tal perspectiva, não se pode negar a importância da demanda empresarial e da necessidade de uma averiguação mais precisa de suas motivações, a fim de que possam desenvolver-se alternativas que viabilizem o atendimento desta. Então, surgem as indagações: quais as razões dessa demanda? Elas derivam de uma consciência moral ou de exigências da sociedade de mercado? É possível o emergir de uma nova dimensão ética, quer seja por questão de princípios morais, quer seja por estratégia competitiva? Em qualquer um dos casos, ou na simultaneidade deles, visualiza-se o descortinar da necessidade de estudos sobre a ética empresarial, como também de uma pragmática que viabilize a operacionalização da eticidade sintonizada com as exigências da sociedade.

Nessa linha de raciocínio, tomou-se como insumo para reflexão os diálogos mantidos em diversos momentos entre professores, consultores e empresários e seus colaboradores. No caso do agente econômico, percebeu-se que, na sua compreensão sobre Ética, subjaz uma noção de uso da 'razão', manifesta pela racionalidade que permeia toda a *práxis* empresarial. Sob esse prisma, a Ética não é um fim em si mesma, mas a expressão de um comportamento racional que viabiliza a existência de normas de comportamento, as quais propiciam um relacionamento econômico-administrativo minimamente sustentável e produtivo, num processo de instrumentalização da ética como um fator de maximização produtiva. Enfim, é a automatização da economia sobre as demais esferas da sociedade, passando a configurar-se não somente como um discurso sobre o mundo, mas também como uma forma de atuar sobre ele. É a supremacia da técnica sobre o viver humano (Ellul, 1977).

Dando continuidade a esse processo reflexivo, realizou-se leitura sobre a ética empresarial, reflexões sobre as suas postulações teóricas e, também, sobre a preocupação do empresariado a respeito da questão da eticidade, chegando-se a uma hipótese de que o insumo seminal da ética nas organizações provém da *racionalidade*, que permeia o seu contexto. Sendo assim, é possível que toda ou qualquer intenção de aperfeiçoamento das relações éticas deva partir da racionalidade, que é intrínseca à ação dos seus atores. Portanto, a busca de melhoria da eticidade organizacional passa pelo resgate da racionalidade que permeia toda a *práxis* dos agentes econômicos ou administrativos.

Subjacente a esse resgate ético-racional, deve-se inserir, no entanto, o processo de democratização organizacional, que tem como uma das suas manifestações mais significativas a autonomia dos indivíduos. O contexto organizacional democrático requer não somente vontade, mas determinação dos seus gestores e demais componentes, além de uma estrutura voltada para essa finalidade. De acordo com Srour (2000), os agentes sociais, em geral, acolhem e institucionalizam princípios, como justiça, igualdade de direitos, solidariedade, dentre outros. En-

tretanto, isso não garante que eles tornem-se uma prática no seu dia-a-dia, devido a pressões e interesses conflitantes inerentes às relações sociais. Logo, a consciência da necessidade ou mesmo o estabelecimento de padrões éticos é condição necessária, mas não suficiente, para a democratização do contexto organizacional.

Tais reflexões são justificadas para evitar que não ocorra, por um lado, alusão a uma forma de altruísmo desinteressado dos agentes econômicos e, de outro, a mera perspectiva “utilitarista” em que tem-se a heroicização do sucesso como o *télos* da vida humana. O importante, contudo, é tentar unir os interesses e necessidades individuais e coletivas, cuja finalidade é a emancipação humana. Assim, sob essa ótica, o foco deste trabalho é a Ética.

A ÉTICA: ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS

A ética é comumente confundida com a moral, tendo sua origem no grego *ethos*, que significa “morada”, lugar onde vivemos. Em seguida, ela passou a significar “modo de ser”, que uma pessoa ou grupo adquire ao longo da existência. A moral, por sua vez, deriva do latim “*mores*”, que se traduz por “costume” e, posteriormente, “caráter”, “modo de ser”. Assim, ética e moral têm a mesma origem etimológica e, desse modo, voltam-se à reflexão sobre os princípios que dirigem as ações humanas, no sentido de estabelecer o bem, aquilo que é tido como correto, e o mal, o que é tido como incorreto. Apesar disso, diversos autores, entre esses Vasquez (1995), Dupas (2000), Srour (2000), classificam ética e moral como distintas.

Vasquez (1995) afirma que a ética como ciência ocupa-se em estudar, esclarecer, refletir, investigar e analisar o comportamento moral do homem. Assim, ela busca explicar a finalidade da moral, sua origem e evolução histórica, através do tempo e das diversas culturas, considerando suas totalidades e diversidades. A ética é uma reflexão crítica sobre a moral, sendo que esta é o conjunto de normas, princípios e regras que regulam e legitimam as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade.

Para o autor, os valores representam o convencimento de que determinadas idéias e conceitos são bons ou não e devem ser ou não usados pelos indivíduos nas suas interações sociais. Os valores individuais estão sempre imbricados com os valores sociais, pois existe um processo interativo entre as necessidades individuais e coletivas, daí sua imposição aos sujeitos na forma de proibições e obrigações. Uma vez estabelecidos os valores, a sua efetivação será por meio das regras, normas e princípios que constituem a moral. Todos os valores morais têm ou tiveram sentido em relação ao homem como agente social.

Já no enfoque de Dupas (2000, p.74), a ética é uma metamoral, ou seja, a análise reflexiva das regras de conduta que formam a moral, enquanto esta é “o conjunto de ações pelas quais o homem prudente, impregnado de razão, dá forma a sua razão”. Por sua vez, Srour (2000) diz que a ética é o estudo reflexivo dos costumes de uma sociedade e de sua respectiva moral, sendo esta o conjunto de normas que norteia o comportamento dos indivíduos em sociedade.

Numa outra perspectiva, registra-se o conceito de ética de Foucault (1994), o qual se pauta num processo de desconstrução da ética tradicional e na defesa da estética da existência³. Nessa visão, a ética é a capacidade do indivíduo livre de refletir sobre os destinos da sua própria vida, enquanto a moral é o conjunto de regras e preceitos estabelecido pelas instituições que compõem a sociedade.

³ No sentido da sensibilidade como capacidade norteadora dos indivíduos na reflexão a respeito das possíveis escolhas de rumo que podem dar à sua existência.

Para Zajdsznajder (1994, p.72), a distinção entre ética e moral não é enriquecedora quanto ao desvelamento dos seus conteúdos e finalidades: "A palavra 'ética' vem do grego *ethos*, que quer dizer caráter ou hábito e também morada. Quando os romanos a traduziram, fizeram uso do termo *mores*, que significa costumes. As duas expressões buscam captar algo que é complexo e multifacetado". Portanto, esse autor emprega na sua obra esses termos como similares.

Enfim, visando a ter diferentes patamares de reflexão sobre a temática, é pertinente abordar a diferenciação feita por Weber (1977) sobre as teorias éticas. Ele apresenta a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira é compreendida como deontológica, ou seja, a ética dos deveres, na qual os princípios justificam a ação. A segunda é compreendida como teleológica, isto é, aquela ética da finalidade, na qual o agente é responsável pela ação que pratica.

Apesar de a ética e/ou a moral serem de caráter polissêmico, ficou evidente a convergência dos autores quanto à estrutura dual de tais termos, no sentido do imbricamento entre o individual e o social, evidenciando, assim, a dimensão objetiva, subjetiva e intersubjetiva que comportam. Esse fato demonstra que a reflexão ética e/ou moral constitui-se pela conexão individual-social e pela conexão temporal e espacial. Por outro lado, o sujeito do comportamento ético é o indivíduo; este, como ser social, encontra-se inserido em uma rede de relações que faz parte de uma determinada estrutura social. Assim, a sua conduta não pode ter um caráter puramente individual, mas também social.

Sob essa estrutura lógica, este artigo será desenvolvido tendo-se a visão de ética como reflexão sobre a moral, tomada como *ethos*, isto é, como postura ou conjunto de capacidades reflexivas práticas, vividas e não apenas postuladas. Desse modo, como foi dito, o insumo seminal da ética nas organizações provém da *racionalidade*, que permeia o seu contexto, e que não poderá se fundar de forma abstrata. Pelo contrário, a ética deve estar sintonizada com a realidade vivida pelos agentes econômicos, para evitar-se cair num formalismo moral ou discurso vazio, sem nenhum correspondente com o dia-a-dia empresarial.

Nesse enfoque, o falar em ética organizacional converge para a democratização das relações sociais no contexto organizacional. Tal democratização é entendida como uma rede de relações, permeada pela autodeterminação dos indivíduos, pois suas condutas devem ser mediadas pela reflexão ética, que engloba a dimensão individual e coletiva. Dessa maneira, podem-se fazer os seguintes questionamentos: como democratizar o ambiente organizacional? Qual suporte teórico viabilizará tal empreendimento? A partir dessa problemática, optou-se pela Ética do Discurso, que tem como suporte teórico-filosófico a Teoria da Racionalidade Ético-Comunicativa, de Habermas⁴.

A opção pela Ética do Discurso deu-se, em primeiro lugar, a partir de estudos e reflexões sobre as correntes fundamentais da ética contemporânea em virtude da sua natureza pragmática, vivencial e, eminentemente, interacional. Em segundo lugar, tendo-se como base os trabalhos de:

- Wellington Martins – em sua tese *Mudança Organizacional e Ação Comunicativa: rumo ao resgate da dignidade e da emancipação humana* - FGV - 1994. Com base na teoria habermasiana, enfatiza a necessidade do resgate da razão comunicativa na Ação Administrativa, citando países como Alemanha e Suíça, nos quais registra-se a presença de organizações alternativas, que tentam desenvolver práticas democráticas, voltadas para a emancipação e o ressurgimento da dignidade humana.
- Geni Valenti – com a tese *Ética do Discurso – a Emancipação do Homem no Trabalho e a Teoria Crítica de Jurgen Habermas* / FGV – 1995, em que propõe a multidisciplinaridade na dinâmica da Ação Administrativa, ancorando-a em

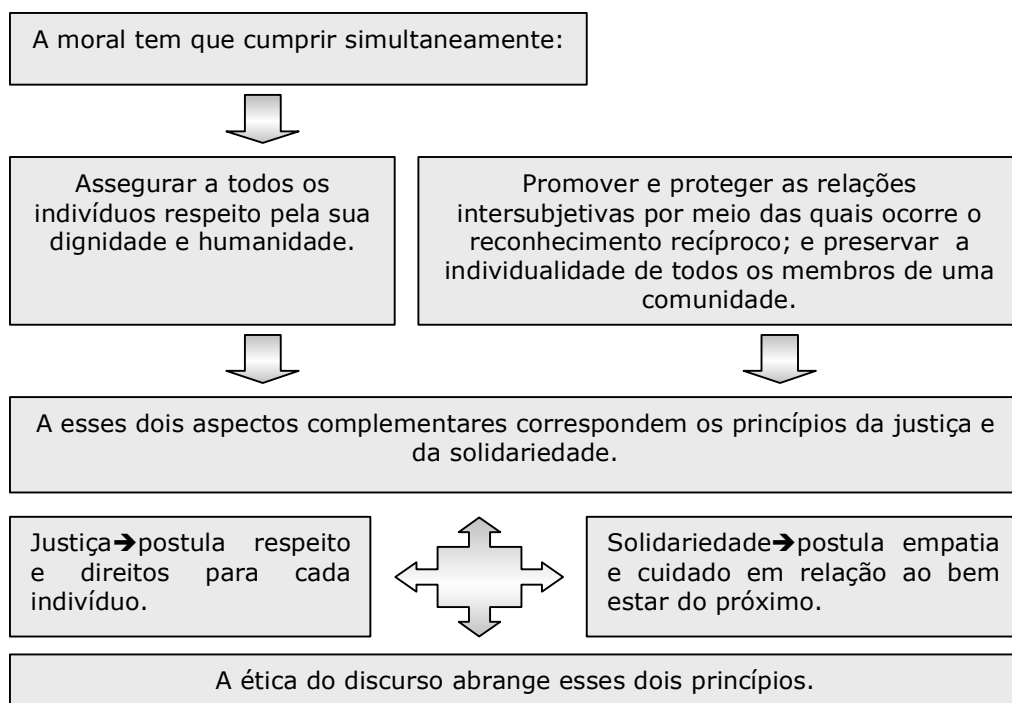
⁴ Fato que mostrou-se plausível na empiria desenvolvida pelo autor na sua obra *A Ética do Discurso: uma Experiência* na Apaeb - Possibilidades e Limites, aprovada em 04 de novembro do corrente ano.

uma base ética e defendendo o ponto de vista de que é possível a emancipação do homem no mundo do trabalho.

- Fernando Tenório - com o livro *Flexibilização Organizacional: Mito ou Realidade*, 2000, que tem grande repercussão no meio acadêmico. O trabalho constatou, empiricamente, que no processo de modernização de quatro empresas registrou-se o agir comunicativo.

E, em terceiro lugar, pela sua abrangência em acolher os princípios básicos da ética tradicional e contemporânea, que são a justiça e a solidariedade, conforme figura 1, a seguir. Dessa maneira, a Ética do Discurso é uma escolha teórica do autor do artigo, cujos destinatários serão os atores organizacionais motivados em aumentar a densidade ética do contexto organizacional, apesar do conflito latente entre capital e trabalho, presente em qualquer instituição que atue competitivamente no mercado⁵.

Figura 1 - Os Princípios Filosóficos da Ética do Discurso



Fonte: Elaborada pelo autor

Pela amplitude, complexidade e dificuldade em delimitar as fronteiras teórico-práticas dessa temática, este artigo exigiu uma trajetória interdisciplinar da Administração com a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia. Para tanto, a dinâmica deste trabalho terá quatro momentos. No primeiro, fazem-se algumas considerações sobre a ética e o contexto empresarial. No segundo momento, apresenta-se a Racionalidade Ético-Comunicativa, que é o suporte teórico e analítico deste artigo. No terceiro momento, será discutida a formação de um *ethos* comunicativo considerado como elemento viabilizador da inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa na *práxis* empresarial. E, em seguida, serão tecidas algumas considerações finais sobre a viabilidade da proposta.

⁵ Convém lembrar que, de acordo com Burrell & Morgan (1979), Habermas está classificado no paradigma humanista radical, o qual enfatiza a mudança radical nos padrões de dominação, a partir da potencialidade dos indivíduos de realizarem seu projeto de emancipação por meio da libertação dos constrangimentos que lhes são impostos pela ordem social, econômica, política e cultural.

RACIONALIDADE EMPRESARIAL: UMA LEITURA CRÍTICA

Um aporte teórico no estudo da racionalidade econômica e administrativa é proveniente do trabalho de Herbert Simon (1965), ao defender a tese da Racionalidade Limitada do Agente Econômico. Para o autor, a racionalidade nas decisões dos agentes econômicos não é uma questão de conteúdo qualitativo intrínseco, mas sim de alcance ou não dos objetivos ou fins. Segundo o autor, o agente racional não se preocupa com a natureza ética dos fins em si mesmos; ele é um ser que calcula, buscando apenas conseguir os meios adequados para atingir suas metas, indiferente ao seu conteúdo de valor. A racionalização para Simon significa a otimização do econômico, subordinando a este a esfera humana e social. No dizer de Dupas (2000, p. 102):

A dominação do econômico sobre o social operou sucessivamente degradações, primeiro do *ser* para o *ter*, em seguida do *ter* para o *parecer ter*. Às atuais massas excluídas resta apenas o 'identificar-se com quem parece ser ou ter', através do espetáculo à distância, um virtual feito pelas mídias globais. O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa, a realização técnica do exílio, a cisão consumada do interior do homem.

Numa perspectiva mais analítica, o sociólogo Guerreiro Ramos (1989), com base no conceito de razão, com relação a fins, de Weber, afirma que no cenário administrativo é predominante a racionalidade instrumental ou funcional. Esta, como ação social, é orientada para obtenção de interesses econômicos ou o poder social. Nela se aprecia propriamente o caminho ou maneira para atingir-se um fim preestabelecido, independentemente do conteúdo (ético-moral) que possam ter tais ações. É uma razão de cunho estritamente utilitário, na qual o homem é visto apenas como uma peça produtiva, despojando-o de sua humanidade.

Ramos⁶ (1989) propõe o reexame da racionalidade na *práxis* empresarial e, mais uma vez, busca em Weber outro conceito de razão, no caso relacionado a valores: a razão substantiva. O autor a define como aquela permeada por responsabilidade ética e defende o seu revigoramento no cotidiano empresarial, visto que propicia a consecução do autodesenvolvimento e auto-realização nos planos pessoal e grupal.

Outro crítico da racionalidade instrumental, Enriquez (1995, p.10), afirma que ela é apenas "parte da razão que prevaleceu". Para ele, o predomínio de ações instrumentais no espaço organizacional tem gerado patologias sociais que incidem em um crescente grau de reificação e desumanização do indivíduo. Essa dinâmica desumanizadora emerge forte sentimento de individualismo, quebrando-se os laços de solidariedade social. Todo esse processo leva os indivíduos a desistirem da sua própria autonomia, de sua capacidade crítica e da interpretação dos eventos, em favor daquilo que os outros lhe dão. Essa patologia tem sua gênese na ideologia de mercado, o qual é tido como um valor supremo da humanidade. "Sua majestade," o mercado pode mercantilizar todas as esferas da vida humana, as suas manifestações mais sutis e preciosas, como a "dignidade humana" (Enriquez, 1999, p.69-88).

A hegemonia da racionalidade instrumental tem gerado uma crescente desumanização no espaço organizacional, tornando-se foco de preocupação de outros estudiosos, como Maurício Serva (1993), Welligton Martins (1994) e Fernando Tenório (2000).

Convém ressaltar que os estudos e pesquisas desses estudiosos desvelaram muitos aspectos da realidade político-social, das condições de trabalho e da

⁶ Para Ramos, a racionalidade substantiva e funcional é distinta, porém não excludente, coexistindo nas organizações em um continuum

emancipação humana no cotidiano das organizações. São muito importantes no avanço da Teoria Administrativa e contribuíram, decisivamente, para a elaboração da proposta contida neste artigo.

Entretanto, faz-se necessário avançar, o que significa substituir as pesquisas que tenham como objetivo verificar se nas organizações predomina a racionalidade instrumental ou a substantiva. A substituição será feita por pesquisas que viabilizem a recepção de uma racionalidade permeada por valores ético-morais. Nesse fato é que reside o ineditismo deste trabalho, que busca viabilizar a inserção da racionalidade comunicativa, transcendendo, assim, esses processos investigativos nas organizações. Assim, será feito um recorte do suporte teórico deste trabalho, a Racionalidade Ético-Comunicativa.

A RACIONALIDADE ÉTICO-COMUNICATIVA

Habermas (1988^{a/b}), na sua obra "Teoria da Ação Comunicativa", mostra que além da razão instrumental, haveria uma outra razão, fundada na linguagem, a Racionalidade Ético-Comunicativa⁷. Nessa abordagem, é atribuído à linguagem um *télos* de entendimento proveniente de uma prática dialógica entre sujeitos lingüística e interativamente competentes. Com tal proposta, o autor sai do paradigma da filosofia da consciência, cuja relação social é entre sujeito-objeto, para a filosofia da linguagem⁸, na qual a relação social é entre sujeito-sujeito, realizando aquilo que foi designado como a "guinada lingüística"

Nesse âmbito, os indivíduos, por serem integrantes de uma comunidade lingüística, cujo universo é partilhado pela intersubjetividade comunicativa, têm espaço para explorar as suas individualidades, mesmo que elas sejam contrárias ao processo emancipatório. Em contraponto, a comunidade comunicativa, dentro dos seus pressupostos ético-comunicativos, tem o desafio de evitar que o viés individualista possa contaminar toda a *práxis* emancipatória. Enfim, a racionalidade comunicativa é,

[...] constituinte do entendimento racional a ser estabelecido entre participantes de um processo de comunicação, que se dá sempre através da linguagem, os quais podem estar voltados, de modo geral, para a compreensão de fatos do mundo objetivo, de normas e de instituições sociais ou da própria noção de subjetividade (Siebeneichler, 1994, p. 6).

Para a manifestação da racionalidade, Habermas apresenta cinco tipos de ação racional:

- a) *ação teleológica*: voltada para um fim e cujo conceito central é o de decisão entre alternativas de ação, endereçada à realização de um propósito. A ação teleológica amplia-se e converte-se em ação estratégica quando, no cálculo que o ator faz de seu êxito, intervém a expectativa de decisões de outro ator, que também atua com vistas à realização de seus próprios interesses;

⁷ A racionalidade comunicativa pressupõe uma razão discursiva que é permeada pela crítica e constituída no processo de aceitação ou negação de pretensões de validade. Esse processo tem sua fundamentação no critério da prevalência da melhor argumentação.

⁸ A filosofia da linguagem desponta, com bastante expressividade, a partir da primeira metade do século XX, tendo como expoentes: Frege, Russel e Wittgesntein. Esse último, com sua obra *Tractus lógico-philosophicus* (1921), aborda a análise lógica das proposições lingüísticas. Entretanto, ao voltar-se para a linguagem comum, ou seja, àquela falada no cotidiano pelos indivíduos, o filósofo elabora um dos aspectos mais importantes da sua obra, os Jogos de Linguagem. Nesta, a linguagem é vista como uma prática social, na qual o significado de termos e expressões lingüísticas tem sua gênese nessas interações. A obra de Wittgesntein subsidia Austin e seu aluno Searle, cujo trabalho de maior significado é a Teoria dos Atos de Fala, que se tornou o suporte da Pragmática Universal de Habermas.

- b) *ação estratégica*: voltada para o êxito pessoal, expresso pela maximização do ganho financeiro ou poder social. Quando a consecução desse resultado depende da ação de outros atores, cada um deles age cooperativamente pensando apenas no seu cálculo egocêntrico;
- c) *ação normativa*: pressupõe um contexto normativo que gera uma expectativa generalizada de comportamento. A norma goza de validade social ou vigência quando é reconhecida pelos destinatários como válida ou justificada;
- d) *ação dramática*: aquela na qual o ator apresenta-se a outrem como um personagem, tentando, assim, projetar uma imagem;
- e) *ação comunicativa*: duas ou mais pessoas procuram chegar ao entendimento, por meio de uma prática argumentativa, sem nenhuma forma de coação. Na sua formulação da Teoria da Ação Comunicativa, Habermas elabora a concepção da sociedade em duas esferas: o Mundo da Vida e o Sistema.

O MUNDO DA VIDA

Para Habermas (1988 a), é no Mundo da Vida que a moral tem suas raízes. É o lugar das relações sociais espontâneas, das certezas pré-reflexivas, isto é, dos saberes implícitos, que definem a situação de fala, possibilitando a busca cooperativa pelo entendimento. É um *a priori*, inscrito na intersubjetividade do entendimento lingüístico. É um mundo permeado por relações intersubjetivas entre sujeitos, capazes de agir e falar, e que compartilham a realidade de um mesmo mundo vivido. É o mundo da intersubjetividade comunicativa, transcendendo o sujeito monológico da filosofia da consciência.

No pensar de Habermas (1988a), existe uma comunalidade no Mundo da Vida, que repousa sobre um acervo cultural de saberes que os indivíduos compartilham e com que enfrentam seus problemas de entendimento, a partir desses conteúdos.

Dessa forma, o Mundo da Vida é dado ao sujeito vivente de maneira aproblemática, ou seja, como tudo aquilo que ele vive ou experimenta, naturalmente. Esse *status* de aproblemático é, contudo, suscetível de ser questionado. Nesse caso, ele passa a ser tematizado para ser validado ou não como um saber cultural. Para Habermas (1988 b), existem três componentes estruturais do Mundo da Vida:

- a) *a cultura* é todo "acervo de saber, em que os participantes da comunicação se abastecem de interpretação para entender-se sobre algo no mundo" (p.196);
- b) *a sociedade* reporta-se às "ordenações legítimas, através das quais os participantes na interação regulam suas pertinências a grupos sociais, assegurando, com isso, a solidariedade" (p.196);
- c) *a personalidade* manifesta-se pelas "competências, que permitem a um sujeito ser capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam a tomar parte no processo de entendimento e para afirmar nele sua própria identidade" (p.196).

Segundo Habermas (1988b), a reprodução e manutenção dos componentes estruturais do Mundo da Vida realizam-se por intermédio dos processos de: a) reprodução cultural calcada na racionalidade de um saber válido, o qual proporciona a legitimação das instituições, fomentando uma dimensão educativa que possibilita ao indivíduo desenvolver a competência necessária para efetivação de suas ações sociais; b) integrações sociais, responsáveis pelo estabelecimento de vínculo de natureza moral, permitindo que as ações sociais do indivíduo sejam legitimamente reguladas e assegurando a estabilidade e a identidade do grupo numa base solidária; c) socialização, que exerce o papel de desenvolver no indivíduo a capacidade de interpretar os significados de situações novas, possibilitando a este agir no plano individual e coletivo, em conformidade com as normas socialmente legitimadas, e também a responsabilizar-se, autonomamente, pelas suas ações. Essa dinâmica pode ser visualizada no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Os Processos de Reprodução e Manutenção dos Componentes Estruturais do Mundo da Vida

Componentes estruturais Processos de reprodução	CULTURA	SOCIEDADE	PERSONALIDADE
Reprodução cultural	Esquemas de interpretação que possibilitam o consenso (Saber válido)	Legitimação das instituições	Processo de socialização Objetivos educativos
Integração social	Obrigações ou Deveres Morais	Relações interpessoais legitimamente reguladas	Identidade social
Socialização	Interpretação de significados	Motivação para atuar em conformidade com as normas	Identidade individual (Autonomia Pessoal)

Fonte: Habermas, (1988 b, p.202)

O SISTEMA

O Sistema assume um distanciamento em relação à normatividade das interações comunicativas cotidianas, posicionando-se conceitualmente na perspectiva do observador que aplica uma norma sem ser por ela implicado. É o âmbito da regulação mecânica e do controle estratégico, e tem como componentes a economia e o poder. O Sistema reporta-se à esfera do trabalho, compreendendo as relações funcionais, ou seja, estratégicas. Trata-se de estruturas indispensáveis à reprodução material da sociedade que se autonomizaram do Mundo da Vida, devido às racionalizações próprias da modernidade (Habermas, 1988a). Nessa lógica, os imperativos sistêmicos passaram a sobrepujar as coordenações comunicativas inerentes às relações sociais, gerando distorções sistemáticas na comunicação, o que caracteriza a colonização do Mundo da Vida (Habermas, 1988b).

A COLONIZAÇÃO DO MUNDO DA VIDA

A colonização do Mundo da Vida é entendida como a invasão da lógica racionalista, que pretende submeter todos os aspectos de nossa vida pessoal e social ao princípio da eficácia, sem interrogar-se sobre os fins. É o agir estribado na ação estratégica. Nesta, o que impulsiona e determina a ação é o resultado que o sujeito pretende obter. Em tal situação, a mediação da ação social transfere-se da prática do entendimento para o sucesso, expresso no dinheiro e poder, que são os seus meios reguladores.

Tenório (2000) considera a classificação em Mundo da Vida e Sistema como um recurso metodológico, que mostra a integração da sociedade sob dois aspectos: um voltado para a integração social, por meio do consenso obtido comunicativamente, e o outro, a integração sistêmica, cuja interação funcional é mediada por relações de poder e dinheiro. Concluindo, ele afirma que pensar as interações sociais, quer seja na empresa, quer seja na própria sociedade, mediadas, exclusivamente, por ações comunicativas, é uma ficção sem correspondente na realidade, pois supõe "autonomia absoluta dos sujeitos e uma transparência absoluta das decisões" (p. 94), realidade impensável na *práxis* dos agentes sociais.

Numa lógica similar, Siebeneichler (1994, p. 139) mostra que existe uma dialética entre o Mundo da Vida e o Sistema, pois “é possível afirmar que a estratégia teórica e dialética de Habermas consiste numa reconciliação comunicativa entre Mundo da Vida e Sistema, por meio da abertura hermenêutica, da liquefação dos limites postos entre estas duas esferas”. Essa questão fica mais clara ao enunciar que:

As organizações formais podem ser impessoais, mas não se destacam completamente do mundo da vida. A perda de liberdade e de sentido só assume uma proporção tal que ameaça a identidade, quando a difusão da organização formal ameaçar minar o contexto comunicativo em que ela está ancorada normativamente (Habermas, 1988a, p.194).

Portanto, diante das reflexões desses autores, é possível inferir que não há uma contradição intrínseca entre o Mundo da Vida e o Sistema. São níveis diferentes, com funções diferenciadas na função da reprodução da sociedade. A problematidade dessa coexistência simultânea é de grau, ou seja, à medida que o *ethos* funcional ou formal (do Sistema) se avoluma, ele pode minar a base comunicativa e, conseqüentemente, o Mundo da Vida.

Desse modo, é basilar a divisão da sociedade entre Mundo da Vida e Sistema, por ser uma diferença que se constitui como uma base teórica para a realização deste artigo, o qual parte do pressuposto da possibilidade de descolonização do Mundo da Vida por meio da inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa na *práxis* empresarial.

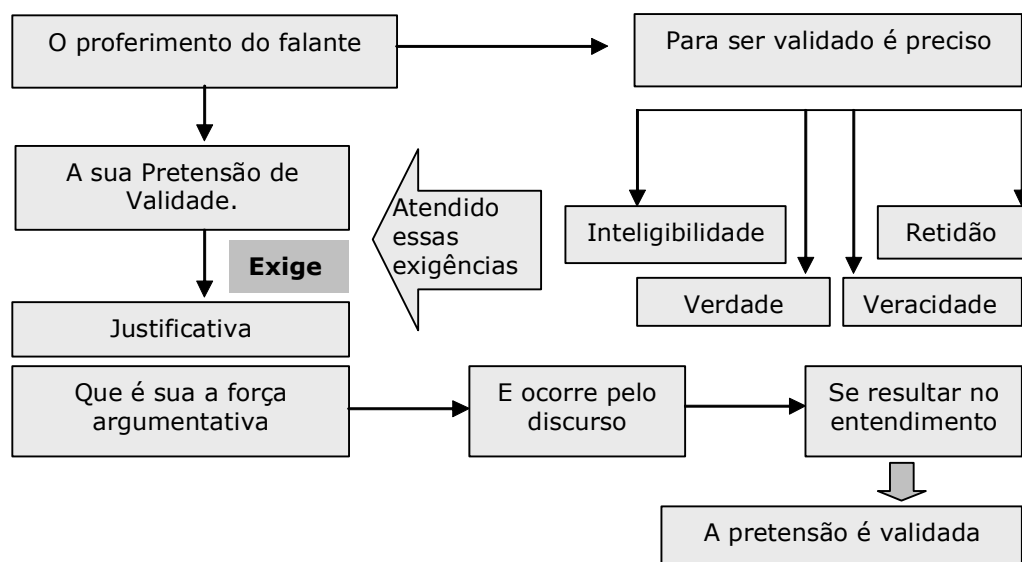
A TEORIA DOS ATOS DE FALA

Tanto no Mundo da Vida como no Sistema, a linguagem é o fator de coordenação das ações racionais. Entretanto, nem toda a interação mediada pela linguagem fomenta uma ação voltada para o entendimento. Por exemplo, ações estratégicas ou até mesmo ações dramatúrgicas podem ser mediadas por atos de fala, ou seja, pelo emprego de uma sentença em um proferimento. Nesses modelos de ação, a linguagem é concebida como um meio utilizado pelo proponente para conseguir as metas, que convêm aos seus próprios interesses, em detrimento dos interesses de outrem (HABERMAS, 1988 a). Para o autor, a racionalidade da linguagem está focada na busca de obtenção da pretensão de validade dos enunciados dos falantes e, conseqüentemente, no consenso ⁹.

Os atos de fala devem pautar-se nas condições universais da ação comunicativa que são as pretensões de validade, as quais têm como função precípua respaldar a racionalidade comunicativa. Elas estão incluídas em qualquer ato de fala e constituem a expectativa de acordo com a alimentada pelos comunicantes, a respeito dos conteúdos de seus proferimentos. Essas pretensões são: a) inteligibilidade; b) verdade; c) veracidade; d) retidão. O proferimento do falante e as pretensões de validade são ilustrados na figura 2, a seguir:

⁹ O consenso é possível utilizando-se a argumentação. Essa pode ser medida pelas razões que oferecer para ser aceita. Assim, não existe argumento que, pela sua simples apresentação, prescindida de uma prática discursiva para obtenção de um consenso. É bom lembrar, contudo que todo consenso é contingente, pois ele é sempre passível de ser questionado e, nesse caso, passa novamente pelo processo de validação.

Figura 2 - Proferimento do Falante e a Pretensão de Validade



Fonte: Adaptado pelo autor

A ÉTICA DO DISCURSO E A PRÁXIS EMPRESARIAL

As pretensões de validade e toda a sua prática argumentativa para obtenção do consenso resultam na Ética do Discurso. Esta tem com elemento norteador o princípio da justiça – que busca atender os interesses individuais e os coletivos, ao condicionar a aceitação de uma norma à concordância de todos os envolvidos – e a responsabilidade quanto às consequências previsíveis da efetividade da mesma. Dessa maneira, na Ética do Discurso, subjaz implicitamente a noção da imperfeição moral do homem e a sua quase impossibilidade de encontrar a verdade moral. O que pode-se encontrar são situações morais que se adaptem às contingências temporais e espaciais e, também, aos interesses dos participantes.

Na Ética do Discurso, é desencadeada uma interação social fundada no processo de participação e descentralização dos envolvidos. Quanto maior for essa participação, maior será a expectativa da manutenção mais prolongada do consenso obtido, pois uma perspectiva não contemplada é um possível fator de ruptura futura na continuidade social, já que representa um direito dos concernidos não respeitado. Assim, as normas não são criadas arbitrariamente; elas são sempre a expressão de valores que representam a visão de mundo predominante na coletividade. Já a descentração leva o indivíduo a ter uma visão mais ampla e objetiva da questão em vias de problematização, visto que são considerados vários pontos de vista, formando uma diversidade de perspectivas em jogo.

Dessa maneira, a Ética do Discurso, por ser ancorada em um *médium* lingüístico, pode contribuir para um agir gerencial pela via da discursividade, a qual é constituída na intersubjetividade comunicativa. Esse fato pode viabilizar o processo de democratização do contexto organizacional e também possibilitar a cooperação de todos os agentes na busca, não somente do *bom*, em termos de ganhos materiais, mas também do *justo*, em termos moral, ampliando-se qualitativamente o nível da eticidade organizacional, convergindo, assim, para o processo de autonomia dos indivíduos, que é inegociável.

Nesse sentido, formula-se a seguinte indagação: é possível a democratização¹⁰ do contexto empresarial? Neste artigo, a resposta é afirmativa, partindo-se do pressuposto da inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa no contexto organizacional. A essa afirmativa, surge um outro questionamento: como pode ser efetivada essa inserção?

A resposta é que a organização informal é o espaço seminal para inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa, pois, de acordo com Tenório (2000), o Mundo da Vida é representado nas empresas pela organização informal. Esse conceito está bem definido em Wellington Martins (1994), que afirma serem as organizações grupos artificialmente formados, que se compõem de indivíduos cuja origem e *expertise* são diferentes.

Então, existem dois mundos: um social, simbolicamente estruturado pelo grupo ou subgrupo, ao qual os indivíduos pertencem como membros; e há outro, organizacional, sistêmico, tecnicamente estruturado a partir de determinações e imperativos sistêmicos, que agrupa os indivíduos sociais e os mantém artificialmente reunidos em torno desses imperativos.

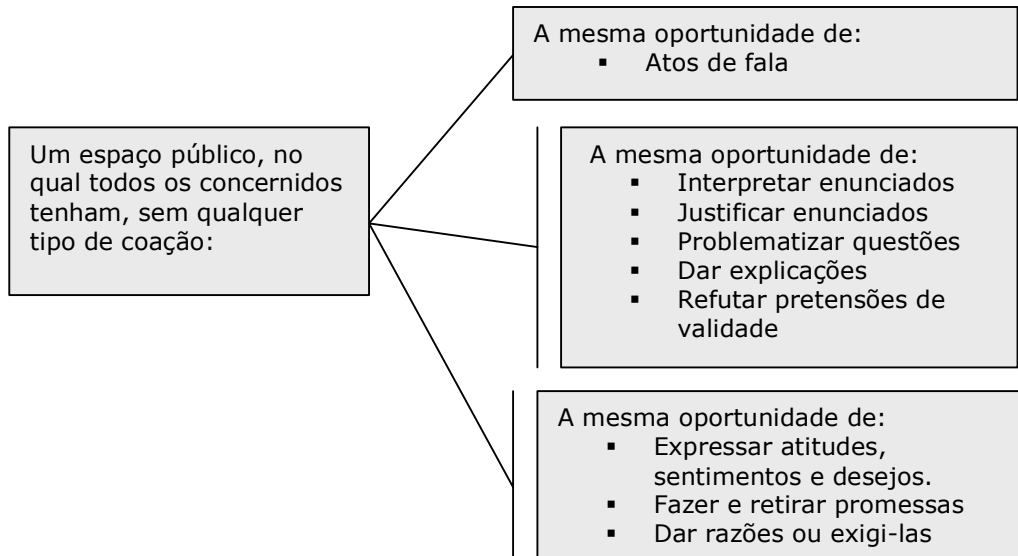
Portanto, ser membro da organização é aceitar e tomar esses imperativos como seus e incorporá-los a seus Mundos da Vida. Em paralelo a essa situação e à revelia da estrutura burocrática, o ator social constrói outros valores e crenças. A finalidade de tal construção é poder conviver com essa realidade que, muitas vezes, o oprime e, de certa maneira, mantém a sua identidade pessoal e/ou grupal. Isso porque esta pode vir a ser ameaçada pelo mundo da empresa. Assim, emerge a organização informal.

Um outro aspecto fundamental que possibilitará a inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa no contexto organizacional é a institucionalização de um *ethos* comunicativo no cotidiano organizacional. Esse *ethos* pressupõe a prática do diálogo, no dia-a-dia dos atores organizacionais, possibilitando relações interpessoais, voltadas para a busca do entendimento.

Um *ethos* comunicativo requer um contexto isento de repressões e em igualdade comunicativa, cujo objetivo é substituir uma intersubjetividade hierárquica por uma intersubjetividade cooperativa, na qual todos os participantes potenciais de um discurso tenham um espaço público para o exercício deste, como mostra a figura 3, a seguir:

¹⁰ Democratização entendida como um processo no qual as ações, mediadas pelos atos de fala, são desenvolvidas mediante o entendimento com vistas ao alcance dos interesses individuais e coletivos, e que não tenha apenas uma configuração retórica, mas seja uma prática social na organização. É o processo em que, numa relação intersubjetiva, é mantida a autonomia de todos os indivíduos.

Figura 3 – A Função e a Importância do Espaço Público na Prática Discursiva



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, pode-se creditar à formação de *ethos* comunicativo a habituação do exercício dialógico pelos indivíduos no seu cotidiano gerencial, visto que os valores ético-morais não se moldam somente pela reflexão, mas também pela prática, pelo treino e pela conduta, ou seja, pelo equilíbrio entre o saber e a reflexão e entre o treino e a prática.

Portanto, credita-se a estes dois fatores e, é claro, com a determinação dos agentes econômicos, a possibilidade da inserção na Racionalidade Ético-Comunicativa no contexto das organizações econômicas, sendo possível pensar num contexto organizacional democrático sem, contudo, tornar-se utópico, evitando a existência de ações estratégicas encobertas que, segundo Habermas (1988a), são aquelas que apresentam uma proposta de democratização, emancipação, mas que representa apenas um contexto idealizado por uma pseudodemocratização, a qual, por sua vez, representa mais uma forma de manipulação que leva à dominação e à busca de maiores ganhos monetários ou de poder. Esse procedimento tem sido comum na Ciência Administrativa, pois, no dizer de Tenório (2000), as teorias e as técnicas gerenciais até hoje não elaboraram uma resposta satisfatória à democratização no contexto das organizações. O que se verifica é que tais conhecimentos, em suas orientações dominantes, têm-se aperfeiçoado no ocultamento da realidade organizacional, do embate entre o Sistema-empresa e o Mundo da Vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve sua origem na demanda de agentes da comunidade empresarial com relação ao aperfeiçoamento dos valores ético-morais que permeiam sua *práxis* empresarial. Para tanto, buscou-se respaldo da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, a partir da qual se adotou o pressuposto da real possibilidade da melhoria dos padrões éticos nas organizações econômicas, por meio da inserção da Racionalidade Ético-Comunicativa nesses contextos. Em primeiro lugar, significa que essas instituições continuarão a consecução de seus objetivos, no intuito de atender às necessidades do mercado para obtenção do sucesso

financeiro, e na manutenção e/ou expansão dos seus empreendimentos. Em segundo lugar, ter-se-á o aprimoramento dos valores ético-morais que assegure um cenário equânime e solidário, permitindo o atendimento das necessidades humanas, tais como: as *materiais* (alimentação, saúde, moradia); as *psicossociais* (liberdade, segurança, afiliação, proteção); e as *ontológicas* (religião, estética).

Este trabalho propõe a realização de uma *empíria*, calcada na inserção da Racionalidade Ética-Comunicativa, com a finalidade do resgate do Mundo da Vida, tendo como suportes básicos a organização informal e o estabelecimento de um *ethos* comunicativo, que por meio da sua prática dialógica fomenta o emergir de um contexto emancipatório. Enfim, defende-se a tese de que, mesmo as organizações econômicas, se permeadas pela razão comunicativa, comportam a prática de princípios de liberdade, solidariedade, justiça e autonomia dos indivíduos.

Tal posição contrapõe-se ao ceticismo e à relativização das questões éticas, que encontram ressonância no cotidiano de alguns membros da comunidade econômica e, até mesmo, de alguns acadêmicos. Esse fato representa um viés muito perigoso, pois deixa a questão ético-moral ao nível do caráter e da reflexão individual, permitindo que cada agente transforme-se no próprio juiz das suas ações, fomentando um individualismo ético-moral; procedimento que dificulta, sobremaneira, relações sociais mais justas e humanas.

Essa situação contrapõe-se ao pensamento de Habermas (1991), no concernente à Ética do Discurso, que pressupõe serem os sujeitos dotados de razão e capazes de julgar e responsabilizar-se por suas ações, como também com relação à premissa de que as normas éticas, para serem válidas, devem ser reconhecidas por todos os envolvidos. Assim, elas não podem ser validadas apenas pela anuência de alguns iluminados nas suas reflexões monológicas, mas pelo consenso intersubjetivo, pautado na razão comunicativa. Tais normas são tidas como justas e justificáveis racionalmente, constituindo-se em um elemento importante no processo de *empowerment*, isto é, da socialização do poder¹¹ com os atores organizacionais.

A compreensão do comportamento humano não se efetiva apenas numa perspectiva nomológica, ou seja, baseada em leis, mas no conjunto de aspectos objetivos e subjetivos que podem emergir desse processo argumentativo, por mais sutis e singulares que sejam, visto que é fundada na intersubjetividade íntegra, isto é:

[...] a antecipação de relações simétricas de reconhecimento mútuo livre. Esse é o horizonte que abre espaço para projetos humanos, na direção da efetivação da auto-realização autêntica e da autonomia das pessoas, o que se deve realizar por meio da cooperação não isenta de conflitos, mas solidária entre as pessoas (Oliveira, 1966, p.347).

Enfim, é possível inferir que este artigo apresenta uma proposta capaz de contribuir para o aprimoramento dos valores ético-morais da *práxis* empresarial nas organizações econômicas, sem perder, contudo, o seu cunho utópico, no sentido das construções de mundos possíveis, rechaçando aqueles que vêm a democratização numa perspectiva utilitarista, desprovida de qualquer laço de solidariedade social, pois, "Quando secam os oásis utópicos estende-se um deserto de banalidade e perplexidade" (Habermas, 2001, p.114).

¹¹Habermas (1980:118), no seu projeto teórico, apresenta uma moldura diferenciada do poder, ao enunciar que "Na base do poder está o contrato concluído entre sujeitos livres e iguais, graças ao qual as partes se obrigam mutuamente". De acordo com este pensamento, o poder emerge de relações simétricas entre os autores sociais, pelo consenso, visto que existe uma determinação em resolver os problemas pelo diálogo. Em outras palavras, é o poder comunal, que, no dizer de Carvalho (1998:10), significa, "uma categoria simétrica de poder, que ressalta o caráter benigno e comunal deste, e em que se acredita na capacidade do homem de realização coletiva e harmoniosa perseguindo objetivos consensualmente determinados [...]".

REFERÊNCIAS

- BURREL, G. & MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London, Heinemann Educational Books, 1979.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol.1).
- DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Unesp, 2000.
- ELLUL, J. Le système technicien. In: DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Unesp, 2000.
- ENRIQUEZ, Eugène. In: DAVEL, Eduardo & VASCONCELOS, João (org). *Recursos Humanos e Subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, Maria Regina, NETO, Antônio Carvalho (org). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: PUC/IRT/Minas, 1999.
- FOUCAULT, M. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: *Dits et Ecrits*, v. IV. Paris: Galimard, 1994.
- HABERMAS, Jurgen *Teoría de la acción comunicativa*. Tomo I. Madrid: Taurus, 1988 a.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa*. Tomo II. Madrid: Taurus, 1988 b.
- _____. *Escritos sobre moralidad y eticidad*. Barcelona: Paidós, 1991
- _____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo. Loyola, 2001.
- MARTINS, Welligton. *Mudança organizacional e ação comunicativa: rumo ao resgate da dignidade e da emancipação humana*. São Paulo, FGV/EAESP, 1995. (Tese de Doutorado)
- MUCOUÇA, Paulo S. *Globalização, regionalização e fragmentação*. Rio de Janeiro: Proposta, nº 64. 1998.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.
- RAMOS, A. Guerreiro *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da Riqueza das Nações*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.
- SERVA, Maurício R. *Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas*. São Paulo, FGV/EAESP, 1996. (Tese de Doutorado)
- SIMON, Herbert. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1965.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jurgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- SROUR, Robert Henry. *Ética empresarial*. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Flexibilização organizacional, mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

VASQUEZ, A. S. *Ética*. São Paulo: Atlas, 1995.

VALENTI, Geni D. *Ética do discurso: a emancipação do homem no trabalho e a teoria social crítica de Jurgen Habermas*, São Paulo, FGV/EAESP, 1995. (Tese de Doutorado)

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. 2v.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ser ético*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1994.